

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA COM USO DE TECNOLOGIAS

Ramon Orlando de Souza Flauzino¹

Cacilda da Silva Rodrigues¹

Luciana Zenha²

Rua João Luiz Pereira, 36. São João Batista. Belo Horizonte. Minas Gerais.

Tel.: (31) 32455538

ramonrof@gmail.com

RESUMO

Este artigo propõe discutir a importância do Atendimento Educacional Especializado como apoio a inclusão escolar de alunos com deficiência e como forma de assegurar direitos. Por muitos anos as pessoas com deficiência eram discriminadas pela sociedade, após muitas lutas e reivindicações a integração tornou-se uma prática. Hoje vivenciamos uma nova realidade, a inclusão dos alunos nas classes comuns. Não abordaremos o mérito entre quem deve dar este atendimento, se o professor, o estagiário com formação especializada ou um especialista de outra instituição. O que defendemos é a existência do atendimento, pois a inclusão não acontece simplesmente pela presença física do aluno com deficiência nas classes comuns, mas pela interação e aprendizado que eleva os conhecimentos dos alunos. Na inclusão escolar não basta socializar é importante a implementação de ações efetivas que visem à superação das dificuldades e ampliação do saber. Neste trabalho relataremos alguns atendimentos realizados pelo grupo e apresentaremos tecnologias de apoio.

Palavras-Chave: Atendimento Educacional Especializado, Inclusão, Tecnologias Assistivas.

¹ Pedagogos graduado pela Universidade do Estado de Minas Gerais.

² Professora universitária. Mestre em Educação. Coordenadora do Centro de Pesquisa em Educação a Distância da Universidade do Estado de Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal, através do artigo 205, garante o direito à educação a todos os indivíduos. Quando a constituição se refere ao termo “todos os indivíduos”, subentende-se que não há distinção. No artigo 206 é ressaltada a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Observa-se então que, a constituição garante a todos o direito de a educação sem distinção de raça, sexo, cor, origem ou deficiência. Fica claro que não é permitido nenhum tipo de discriminação ou impedimento da matrícula do indivíduo com deficiência na rede regular de ensino.

A Conferencia Mundial em Educação Especial, organizada pelo governo da Espanha na cidade de Salamanca, em cooperação com a UNESCO, em 1994, ressalta que o direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reafirmado pela Declaração Mundial Sobre Educação para Todos. Na Declaração de Salamanca ficou estabelecido que “Toda criança tem direito fundamental a educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” e “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagens que são únicas”.

“Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças”. (MEC/SEESP, 2006:33)

A inclusão requer mais que integração, mas respeito à individualidade de cada um, considerando as necessidades e desejos apresentados pelo indivíduo com deficiência e a opinião da família em relação ao sujeito incluído.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), o Atendimento Educacional Especializado, Assegurado no artigo 58, § 1º e § 2º, ressalta que:

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de Educação Especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (LDB 9.394/96),

O artigo da LDB assegura o serviço de apoio especializado, ou atendimento educacional especializado, aos indivíduos com deficiência sempre que for necessário para

atender as necessidades de cada aluno. Quando não for possível a integração do aluno nas classes comuns de ensino regular, poderá ocorrer o atendimento educacional através do serviço de apoio especializado.

A lei Nº 10.845, de 5 de março de 2004, institui o programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às pessoas com Deficiência e ressalta no artigo 1º que:

“Fica instituído, no âmbito do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação – FND, programa de complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de deficiências – PAED, em cumprimento do disposto no inciso III do artigo 208 da Constituição, com os seguintes objetivos:

I – garantir a universalização do atendimento especializado de educandos portadores de deficiência cuja situação não permita a integração em classes comuns de ensino regular;

II – garantir, progressivamente, a inserção dos educandos portadores de deficiência nas classes comuns de ensino regular.”(MEC/SEESP, 2006: 190).

A lei citada destaca a necessidade de garantir às crianças com necessidades especiais nas escolas inclusivas, apoio e suporte extra que assegurem uma educação efetiva evitando-se o encaminhamento dessas crianças a escolas, classes ou seções permanentes de Educação Especial, salvo exceções, quando há incapacidade do aluno frequentar a classe regular de ensino.

Há estruturas de ação em Educação Especial, adotadas pela Conferência Mundial em Educação Especial, que se compõe de aspectos que visam a implementação de políticas, recomendações e ações governamentais que visam aspectos de melhoria para a Educação Especial, dentre eles estão incluído os serviços externos de apoio à Educação Especial.

De acordo com a LDB (artigo 58), existe a possibilidade do Atendimento Educacional Especializado, ocorrer fora do ambiente escolar, entretanto, o ensino regular não deve ser substituído, e sim, apoiado através de intervenções que visem o aprendizado e o desenvolvimento do aluno. A importância do apoio ou suporte ao professor que possui em sala de aula um aluno com deficiência é percebida através da dificuldade que o educador apresenta em alfabetizar esse aluno, visto que, normalmente as salas de aula do ensino regular público, onde a inclusão ocorre de forma mais efetiva, normalmente apresentam problemas de superlotação. Tal fato impossibilita o professor de desenvolver com este aluno, um trabalho mais específico que atenda suas reais necessidades.

“Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na

classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo.” (MEC/SEESP, 2006:335)

O despreparo e o medo do desconhecido ainda pairam sobre as salas de aula frente à inclusão. Incluir um aluno na escola regular vai muito além de permitir a frequência e participação do mesmo nas aulas sem dá-lo condições para aprender. A inclusão requer participação ativa no processo de ensino e aprendizagem, socialização e vivência. Para que isto ocorra de forma efetiva é necessário que a escola se organize funcionalmente e estruturalmente para receber este aluno e incluí-lo. O currículo deve ser adaptado às necessidades dos alunos, promovendo oportunidades que se adequem as habilidades e interesses diferenciados, na intenção de promover a inclusão de todos.

A Educação Especial deve fazer parte do cotidiano da escola, abrangendo a educação básica e o ensino superior, na intenção de garantir aos alunos que necessitem de apoio especializado e de intervenção pedagógica adequada, uma maior eficiência no processo de ensino e aprendizagem, dentro do contexto no qual está inserido.

2. TECNOLOGIA ASSISTIVA

As Tecnologias Assistivas estão relacionadas a todo e qualquer recurso, serviço ou processo utilizado com o propósito de proporcionar maior independência ou autonomia a pessoas com deficiência ou ampliar suas habilidades funcionais. Tecnologia Assistiva também é:

a tecnologia destinada a dar suporte (mecânico, elétrico, eletrônico, computadorizado etc.) a pessoas com deficiência física, visual, auditiva, mental ou múltipla. Esses suportes, então, podem ser uma cadeira de rodas de todos os tipos, uma prótese, uma órtese, uma série infindável de adaptações, aparelhos e equipamentos nas mais diversas áreas de necessidade pessoal (comunicação, alimentação, mobilidade, transporte, educação, lazer, esporte, trabalho e outras). (SASSAKI, 1996: 01).

A Tecnologia Assistiva encontra-se subdividida em modalidades específicas e abrange diversas áreas de acordo com a prestação de serviços. Segundo BERSCH, (2007), as modalidades são classificadas em: recursos pedagógicos adaptados, Comunicação Alternativa, recursos de acessibilidade ao computador, recursos para as atividades da vida diária, adaptações de jogos e brincadeiras, equipamentos de auxílio para pessoas cegas e com baixa visão, equipamentos de auxílio para pessoas surdas e com perdas auditivas, controle de

ambiente, adequação postural, mobilidade alternativa, órteses e próteses e projetos arquitetônicos para acessibilidade.

A Tecnologia Assistiva engloba áreas como a comunicação suplementar e/ ou alternativa*, as adaptações de acesso ao computador; equipamentos de auxílio para visão e audição; controle do meio ambiente; adaptação de jogos e brincadeiras, adaptações de postura sentada, mobilidade alternativa, próteses e a integração dessa tecnologia nos diferentes ambientes como a casa, escola e local de trabalho. (KING,1999 citado por PELOSI, 2003: 183).

O objetivo primordial da Tecnologia Assistiva é proporcionar às pessoas com necessidades especiais maior independência, melhoria na qualidade de vida e inclusão social, por meio da ampliação das possibilidades de sua comunicação, mobilidade e/ ou aprendizagem.

3. COMUNICAÇÃO SUPLEMENTAR E/ OU ALTERNATIVA

A comunicação é considerada alternativa quando a pessoa não apresenta outra forma de comunicação e suplementar quando a comunicação oral e escrita já não satisfaz a interação social e neste caso necessita de uma complementação, ou seja, de um apoio suplementar à fala.

A comunicação suplementar e/ ou alternativa (CSA) são recursos que podem substituir ou complementar as formas de comunicação da pessoa com PC, visto que, devido o tipo de comprometimento presente nos órgãos da fala, a sua linguagem oral torna-se pouco compreensível ou inexistente.

A CSA se refere a abordagens que pretendem complementar ou substituir a fala natural e/ ou a linguagem escrita de alguém. Alguns indivíduos que não conseguem emitir sons utilizam a CSA, para substituir a fala natural. No entanto, há indivíduos que apresentam um pouco de fala funcional e que utilizam CSA para ampliar suas tentativas de falar. (Traduzido de SCHLOSSER e ROTHSCCHILD, citado por REILY, 2004: 42).

A comunicação não se limita apenas à linguagem oral, mas a uma série de recursos que auxiliam a fala como a expressão fácil, gestos e a postura corporal complementando a comunicação.

A comunicação entre pessoas é bem mais abrangente do que podemos expressar por meio da fala. O ser humano possui recursos verbais e não-verbais que na interação interpessoal se misturam e se completam. (MANZINI, 2006: 03).

Para desenvolver uma comunicação alternativa e/ ou suplementar é necessário integrar num mesmo sistema de comunicação: símbolos, recursos, técnicas e estratégias. Os símbolos são representações de um conceito, sejam visuais, táteis ou auditivos. Os recursos são objetos ou equipamentos usados para transmitir a mensagem desejada a seu interlocutor.

3.1 O sistema bliss e pcs de comunicação

O Sistema Bliss³ foi o primeiro entre os sistemas alternativos pictográficos a ser utilizado no Brasil a partir da década 70. A sua adequação como recurso para pessoas com PC e outros quadros de deficiência motora, após experiências bem sucedidas, permitiu aos profissionais da área clínica empregá-lo como meio de comunicação alternativa de pessoas com síndrome de Down, autismo, surdos entre outras deficiências e síndromes.

O Bliss é bastante lógico e se apóia em elementos gráficos que são recombinaados de forma a originar novos sentidos. Os signos gráficos representam conceitos, sendo estes agrupados entre os sete tipos de cores estabelecidos pelo Sistema Bliss.

Deve-se respeitar a ordem lógica e gramatical de uma frase como é escrita em português, sujeito, verbo e predicado. Por exemplo, pessoas são representadas pela cor – amarelo, verbos – verde, substantivos – laranja, adjetivos e advérbios – azuis, elementos sociais – rosa e letras e números – branco. Veja a tabela abaixo:

O Picture Communication System (PCS) é outra possibilidade de comunicação alternativa e/ou suplementar. Os signos são de fácil compreensão, visto que, as crianças conseguem identificar e compreender os significados com grande facilidade. O mesmo não ocorre com o Sistema Bliss. Este exige de seu usuário, uma capacidade maior de abstração enquanto no outro as figuras podem apresentar-se um pouco infantilizadas.

As pranchas de comunicação podem ser confeccionadas de acordo com o contexto e as necessidades de comunicação de cada pessoa. O profissional pode criar pranchas de rotina, horário, de atividade escolar, de escrita, para montagem de histórias, com estímulos removíveis, temática fixa na parede dentre outras.

³ O Sistema de Comunicação (Blissymbolics). É uma linguagem pictográfica universal desenvolvido por Charles Bliss. O seu objetivo era oferecer um sistema alternativo semelhante ao Esperanto, na qual as pessoas pudessem se comunicar por meio de símbolos gráficos, mesmo sem partilhar o mesmo idioma.

4. SOFTWARES

4.1 Comunique⁴

É um software gratuito desenvolvido em Visual Basic por Miryan bonadiu Pelosi⁵ para desenvolver a comunicação oral e escrita de pessoas com comprometimentos motores. O software é utilizado por crianças na Educação Infantil, por alunos em fase de alfabetização ou já alfabetizados como recurso para escrita. Atualmente o Comunique possui quatro aplicativos disponíveis para download: escrita, leitura, percepção visual e modelo em branco que possibilita a criação de novos aplicativos. O software estimula a fala, a escrita, o pensamento e proporciona aprendizagem e principalmente viabiliza a realização pessoal dando ao indivíduo possibilidade de se expressar através da escrita sem necessitar que outro faça isto por ele.

4.2 Microfênix⁶

É um software livre desenvolvido pelo professor Antônio Borges⁷, no Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre 2004 e 2005 e tem como objetivo facilitar o uso do computador por pessoas com deficiência física grave, como tetraplégicos, indivíduos com distrofia muscular entre outros que apresentam limitações que impossibilitam o uso dos membros superiores ativamente. O usuário comanda as funções do mouse através do sopro em microfones ou do acionamento em acionadores de pressão. O usuário pode mover o cursor do mouse por toda a tela, abrir janelas, digitar, enfim utilizar todas as ferramentas do computador.

4.2 Dosvox⁸

O Dosvox é um software gratuito que permite aos cegos utilizarem o computador. É desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O DosVox visa proporcionar uma maior interação entre homem e computador,

⁴ O download do software pode ser feito pelo site: <http://www.comunicacaoalternativa.com.br/>

⁵ Doutora em Educação, Terapeuta Ocupacional, Coordenadora do Centro de Terapia Ocupacional do Rio de Janeiro

⁶ O download do software pode ser feito pelo site: <http://intervox.nce.ufrj.br/microfenix/>

⁷ José Antonio dos Santos Borges, é Informático pela UFRJ, e M.Sc. pela COPPE-UFRJ.

⁸ O download do software e outras informações podem ser obtidas pelo site: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/>.

desenvolver a autonomia e motivar aqueles que necessitam estudar e trabalhar com o computador. Todo acesso ao software é feito pelo teclado e o sistema dá ao usuário o retorno das ações executadas em voz sintetizada. O sistema de seleção é realizado por “menus” que conduzem o deficiente visual na execução das tarefas, assegurando a ele autonomia. O software cria o seu próprio ambiente de trabalho, no qual o usuário pode executar todas as tarefas comuns de qualquer usuário de computador, como escrever, acessar internet, gravar arquivos, jogar, etc.

4.3 Jaws

O Jaws é um software proprietário criado pela empresa Norte Americana Henter-Joyce, do grupo Freedom Scientific e traduzido para o português pela Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual – LARAMARA. O Jaws permite o uso do computador por cegos ou indivíduos com baixa visão. O Software é adaptado para ser utilizado com o sistema operacional windows e funciona por meio de síntese de voz. Por esse processo o programa lê as informações da tela e possibilita ao usuário a usabilidade do computador, dos recursos na internet e os mais diversos aplicativos do windows como: Office (Word, excell, power point, Access, Outlook), entre outros. No Jaws há opções de 10 idiomas para leitura, como: português do Brasil, inglês americano e britânico, alemão, italiano, espanhol, francês, etc. O Jaws também possibilita o envio de informações em código braille, o que amplia as possibilidades de uso do computador. É um dos programas mais utilizados pelos deficientes visuais, pois se integra com os demais softwares do computador, como editores de texto, planilhas, etc e utiliza como comandos os atalhos comuns do computador.

5. ATENDIMENTOS

5.1 Aluno R

R é um menino de 14 anos, com diagnóstico de PC quadriplégico espástico que estuda no Brincar – Centro de Estimulação Especial e utiliza o Software Comunique como forma de escrita, visto que não possui condição motora para escrever sem uso do computador.

Para que o aluno utilize o software, o acionador é fixado com velcro na cadeira de rodas no lado direito da cabeça, e com um simples movimento funcional da cabeça o aluno emite ordens de comando ao software.

O aluno R apresenta pequenos comprometimentos na fala que não impedem sua comunicação, visto que com esforço e atenção é possível entender tudo o que o aluno diz.

Observamos durante treze meses os atendimentos desse aluno no período de fevereiro de 2005 a outubro de 2006 em atendimentos de 30 minutos duas vezes por semana. Nesses atendimentos conforme pudemos observar pessoalmente e pela entrevista feita à terapeuta ocupacional o aluno escrevia o que desejava, o que era do seu interesse. O ato de escrever que para nós parece simples e natural precisou ser aprendido pelo aluno, foi necessário ver nessa ação um significado e uma importância de uso social; a partir desse apreender o aluno sentiu-se motivado para fazer uso da escrita dentro das suas possibilidades. Dizemos possibilidades e não limites, pois o aluno não possui limites, mas diferentes formas de realizar uma determinada ação e cabe aos profissionais buscar tecnologias que se adaptem às necessidades educacionais especiais dos alunos.

A escrita surgia de uma situação motivadora, que vinha do desejo do aluno em escrever. Como sua condição física não permite que o mesmo utilize a mão para escrever os profissionais do Brincar interviram e escolheram de acordo com o critério de movimento voluntário mais eficaz, o uso da cabeça para acionamento do mouse, após tentativas com queixo e pés. Desse modo o aluno R, quando quer escrever algo, utiliza a cabeça para dar o clique no acionador e selecionar letras, palavras, números, símbolos, etc a fim de expressar o que ele quer dizer e escrever.

A possibilidade de escrita pelo próprio aluno através do uso do software Comunique é visto como algo maravilhoso. O aluno antes precisava pedir a um de seus amigos para que escrevesse para ele quando essa atividade era solicitada, entretanto com o uso do software o aluno poderia fazer essa atividade de registro sozinho. Mais do que um simples escrever, esse ato expressa o desejo de um aluno de sentir-se autônomo e capaz de ser igual na realização das tarefas e atividades, mas ao mesmo tempo diferente. O aluno R aos poucos passava por um processo de apropriação da escrita. A tarefa que antes era impossível de ser realizada pelo mesmo, agora se tornava possível.

5.2 O aluno A

A é um menino de oito anos com diagnóstico de PC com quadro motor de atetose que estuda em uma escola regular e realiza atendimento educacional especializado no Brincar. As descrições e análises da apropriação do software pelo aluno A serão breves, devido o curto tempo de observação do aluno. O aluno A não se expressa por meio de palavras. Sua comunicação ocorre por meio de gestos faciais e movimentos com os pés. O computador também é utilizado pelo aluno com os pés.

Visto que o aluno A não possui uma fala funcional, a proposta do Brincar é ensiná-lo a utilizar o PCS (Picture Communicatin Symbols), que foi mais bem explicado no capítulo sobre comunicação suplementar e/ ou alternativa, e o Software Comunique para que ele se expresse através da escrita e da comunicação pictográfica.

No primeiro contato do aluno A com os símbolos PCS foi utilizado um jogo chamado Lince. O objetivo do jogo é que o aluno localize os símbolos a ele mostrados em um tabuleiro hexagonal no qual estão colados inúmeros símbolos misturados. Essa atividade possibilita conhecimento e identificação dos símbolos. O aluno apresentou bom desempenho na atividade e demonstrou ter grande capacidade de movimentos dos pés. Essa característica é muito importante, pois garante ao mesmo, um grande raio de comunicação, ou seja, a prancha de comunicação do aluno pode ser maior e com mais símbolos.

5.3 A aluna T

A aluna T é uma menina de 10 anos com o diagnóstico de Osteogênese Imperfecta (nome popular “ossos de vidro”), que estuda em uma Escola Municipal de Belo Horizonte e que recebeu atendimento educacional especializado durante dois anos por um dos autores deste artigo.

Os atendimentos foram realizados diariamente em um dos horários de estudo da aluna. O foco do atendimento foi o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias a alfabetização. Essa intervenção foi motivada por ver a aluna a alguns anos estando nas classes comuns, mas realizando atividades diversas das realizadas pelos demais alunos e de caráter pouco significativo, haja vista as necessidades urgentes. Antes da intervenção na maior parte do tempo a aluna coloria, brincava de boneca e montava quebra cabeças simples (com até 12 peças) enquanto os demais alunos faziam outras atividades. No atendimento educacional

especializado a aluna foi alfabetizada, o que possibilitou sua real inclusão e não somente sua inserção na classe comum.

Não basta o aluno com necessidades especiais estar na Escola e se relacionar bem com os alunos, este já é um grande passo, não obstante é preciso que ele interaja com este espaço e participe, dentro dos seus limites, das mesmas atividades que os demais alunos. Ele não deve ser deixado a margem, resignado a um espaço na sala enquanto um ser invisível, mas atendido em todas as suas necessidades especiais.

A primeira dificuldade que precisou ser trabalhada foi no âmbito psicológico, visto que toda vez que lhe era solicitado leitura de um fragmento a aluna dizia: “eu não sei ler”, “eu não consigo”, e não prosseguia. As vezes começava, mas sempre interrompia a leitura. Foram realizadas inúmeras conversas com incentivos a fim de solucionar esse elemento complicador que era a baixa auto-estima, para posteriormente trabalhar a alfabetização e as dificuldades ortográficas.

A sensação de incapacidade logo foi superada e substituída pelo sentimento de realização e conquista. Para desenvolver as habilidades essenciais ao processo de leitura e escrita utilizado livros de histórias infantis, poemas e poesias, pois percebi que era uma prática viável para aprimorar a leitura, minimizar problemas relacionados a dificuldades ortográfica, além de despertar o prazer pela leitura.

É por possuir essa função maior de tornar o mundo compreensível, transformando sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas que a literatura tem e precisa manter um lugar nas escolas – cumprir seu papel humanizador. COSSON, 2006.

Após algum tempo a aluna T não mais apresentava empecilhos para realizar uma leitura ou para escrever, entretanto apresentava erros ortográficos na leitura e escrita por estar em processo de aprendizagem das regras gramaticais que precisam ser ensinadas, visto que é uma convenção criada pelo homem.

Atualmente a aluna T encontra-se alfabetizada e apresenta grande habilidade para leitura e escrita. Quanto ao conhecimento lógico matemático consegue resolver operações com agrupamento de parcelas com unidade e dezena e subtração de parcelas, entretanto é preciso um tempo maior para que sua atividade seja concluída.

5.4 A aluna C

A aluna C, 11 anos, faz tratamento na Rede Sara e estuda em uma escola pública regular do 1º ciclo da educação básica, tem paralisia cerebral e se expressa por meio de gestos com o braço direito e o mouse adaptado. A família acompanha, dá apoio e investe em seu tratamento. É fundamental o trabalho conciliado entre pais, profissionais da saúde e educadores. Neste caso, esta equipe, multidisciplinar apóia, interliga ações e proporciona condições de sociabilidade e acesso ao paciente/ aluno. Em nosso caso, pesquisadores e educadores, há o acompanhamento e o levantamento dos softwares e sua utilização em casa e na escola.

5.5 O indivíduo H

H é um senhor com diagnóstico Esclerose Lateral Aniotrófica - ELA. A deficiência se manifestou a aproximadamente dois anos e tem se agravado rapidamente. A primeira consequência tem sido o comprometimento da fala e dos movimentos. H deseja concluir um livro no qual relata sua história, entretanto está enfrentando dificuldades para escrever utilizando os periféricos comuns. Nossa intervenção se realizou por meio da introdução de uma prancha de comunicação alternativa composta de letras, palavras e frases que foram selecionadas a partir do critério de maior uso. Fizemos alguns ajustes técnicos em seu computador que estava com alguns problemas e no momento estamos analisando qual o melhor recurso tecnológico para auxiliá-lo na conquista desse desejo que tornou-se um sonho.

6. CONSIDERAÇÕES

Neste artigo buscamos exemplificar inúmeras atuações que contribuíram na inclusão ou em uma melhor vivência. Acreditamos que essas intervenções são fundamentais, necessárias e devem ser realizadas prioritariamente nas classes comuns em horários diferenciados para que os alunos não fiquem isolados e sintam-se excluídos. Contudo não consideramos correto dizer que o aluno está incluído se o mesmo não acompanha as atividades da turma e realiza sempre outras atividades não adequadas a sua idade e série. Nos atendimentos percebemos que simples ações fazem toda a diferença. Alguns educadores, por falta de formação, não realizam o atendimento que os alunos necessitam e os designam a realizar atividades monótonas e enfadonhas. A sociedade urge por políticas públicas e ações que promovam mudanças. Incluir é possível.

É importante lembrar que a deficiência não deve ser encarada com manifestação de pena ou considerá-la como incapaz deixando-a estagnada a realizar outra atividade diversa das desenvolvidas pelos outros alunos.

Percebe-se que as crianças de um modo geral necessitam de uma atenção especial, cada qual apresentando suas qualidades e dificuldades específicas. Entretanto, os alunos com necessidades especiais, seja motora, auditiva, visual ou cerebral, necessitam de uma atenção maior por possuírem uma determinada limitação física ou neurológica que os impossibilitam de se movimentar, comunicar, se expressar e/ou interagir de forma efetiva com o mundo.

Cada aluno constitui um indivíduo único e seu processo de aprendizagem deve ser condizente com esse pensamento, nesse sentido as limitações ocasionadas pela deficiência não devem ser vistas como barreiras, mas como novas possibilidades de construção do saber.

O ensino de pessoas com necessidades educacionais especiais exige dos educadores uma postura investigativa e criativa para que seja feita a adequação de novas práticas pedagógicas na intenção de descobrir como esses alunos aprendem e ajudá-los a atingir possíveis conquistas.

A construção de práticas pedagógicas eficazes na educação especial está diretamente ligada às novas vivências e experiências que ocorrem entre educadores e educandos. Os limites do aluno representam um desafio tanto para o professor como para ele mesmo, sendo de grande importância a observação de questões apresentadas na prática dentro e fora do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição**: república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais. 2. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. **Portal de ajudas técnicas**: recursos pedagógicos adaptados I. Brasília: MEC/ SEESP, 2007.

BRASIL. **Saberes e práticas de inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos com deficiência física/ neuro-motora. Brasília: MEC/ SEESP, 2006.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

FÁVERO, Eugenia Augusta Gonzaga. PANTOJA, Luísa de marillac.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento educacional especializado: aspectos legais e orientações pedagógicas.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MANZINI, Eduardo José. **Portal de ajudas técnicas:** recursos para comunicação alternativa. Brasília: MEC/ SEESP, 2007.

MANZINI, Eduardo José. **Portal de ajudas técnicas:** recursos pedagógicos adaptados II. Brasília: MEC/ SEESP, 2007.

PELOSI, Miryan Bonadiu. In.: Seminário internacional sociedade inclusiva PUC Minas. Belo Horizonte: 2003. Anais. P. 183-187.

REILY, Lúcia. **Escola inclusiva:** linguagem e mediação. São Paulo: Papirus, 2004.

SASSAKI, Romeu. **Por que o termo “Tecnologia Assitiva”?** 1996. Disponível em: <http://www.cedionline.com.br/ta.html>. Acesso em 24 mar. de 2007.